



*Superando as adversidades
financeiras dos RPPS: a
importância de uma gestão
autônoma e eficiente*

*Profa. Dra. Diana Vaz de Lima
Universidade de Brasília*

Cuiabá – MT, 23 de agosto de 2017.



Lógica institucional

- Os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) como unidades administrativas autônomas do Poder Executivo **idealmente** deveriam manter distância da interferência política em sua gestão, e ter uma predominância da lógica de gestão eficiente do capital aplicado no fundo.

Pressão orçamentária

- Contudo, evidências iniciais apontam para uma **baixa profissionalização** na gestão desses fundos, e **influência de pressão orçamentária** (do mantenedor) nas decisões de recomposição do saldo atuarial e nos depósitos regulares no fundo.



Situação atual

- Recente relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) e Tribunais de Contas regionais apresenta que o **déficit atuarial dos regimes próprios** de governos regionais e locais no Brasil, ou seja, Estados, Municípios e DF, **chega a R\$ 2,8 trilhões**.
- Tal valor é duas vezes o déficit atuarial do RPPS da União (estimado em R\$ 1,2 trilhão), evidenciando o tamanho da crise fiscal que se delineia e o risco sistêmico que se disseminará com uma crise fiscal dos entes federados.

Alternativas já lançadas

- “Blindagem” normativa dos recursos previdenciários
- Manutenção dos investimentos em ativos de baixo risco
- Mudanças nos critérios de elegibilidade (tempo de contribuição, idade, etc.)
- Aumento das alíquotas de contribuição
- Parcelamento de débitos previdenciários
- Segregação da massa de segurados



Afinal, onde está o problema?





O que dizem por aí...

Previdência muda regra para evitar 'farra' de municípios

Rombo na Previdência do funcionalismo será de quase R\$ 70 bilhões em 2016

TCU vê desequilíbrios em regimes de previdência de servidores de estados, DF e municípios

Aposentadorias rurais, renúncia fiscal e servidores públicos causam rombo na Previdência, ...

TCM apura prejuízo em previdência própria de municípios

Serviço público ainda pesa mais

Previdência gasta R\$ 56 bilhões por ano com fraudes e erros, estima TCU

Extinção do RPPS é a solução?

- Não. O RPPS somente poderá ser considerado extinto quando não houver mais nenhuma obrigação previdenciária a ser cumprida: se o dinheiro residual do RPPS não for suficiente para pagamentos dos benefícios, essa responsabilidade sairá da conta Tesouro do ente federativo.



Pelo fato de ser, na prática, uma opção do legislador local, o que leva um ente federado a constituir RPPS?

- i. **Vantagens para a sociedade:** redução da contribuição patronal em até 50% dependendo do perfil dos segurados, possibilitando que esses recursos sejam alocados em outras demandas da sociedade, como educação, saúde e segurança;
- ii. **Flexibilidade na gestão:** maior poder de negociação das dívidas previdenciárias junto ao RPPS em tempos de crise;
- iii. **Vantagens os segurados:** ausência de teto salarial e tempo de carência para recebimento do benefício; possibilidade de aposentadoria compulsória e maior agilidade na concessão de benefícios;
- iv. **Redução de ações judiciais:** os municípios não ficam sujeitos a complementar a diferença do pagamento de benefícios pleiteada em juízo.

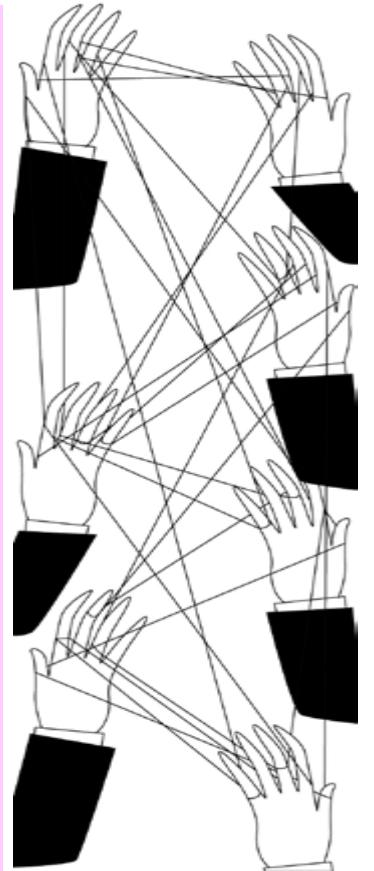
E as ameaças a serem consideradas?

- i. *Desvantagens para a sociedade:* decisões equivocadas podem comprometer as contas municipais a ponto de inviabilizar os serviços básicos que devem ser ofertados, como nas áreas de saúde, educação e segurança;
- ii. *Maior responsabilização na gestão:* os gestores, conselheiros e vereadores podem ser pessoalmente e criminalmente responsabilizados por ações que comprometam o equilíbrio de curto e longo prazo dos RPPS, como o uso das reservas previdenciárias e a omissão na busca de alternativas para a solução dos problemas;
- iii. *Desvantagens para os segurados:* aumento de alíquotas para manter a solidez do regime, atrasos nos pagamentos de benefícios e sujeição às regras do RGPS na eventual extinção do RPPS.

O ambiente do setor público

“Por serem sacudidas, todos os dias, por pressões de mercado e revoluções tecnológicas, as empresas privadas, para sobreviver, dependem da capacidade de agir com rapidez e introduzir o inusitado. A área pública, por sua vez, está sujeita a normas fixadas em leis e decretos, não fácil ou imediatamente alteradas: dependem de novos consensos políticos para introduzir novidades. [...] Qualquer instrumento gerencial inspirado na área privada esbarra nos limites políticos.”

O estado da arte da gestão pública
Paulo Roberto de Mendonça Motta



Em defesa da política

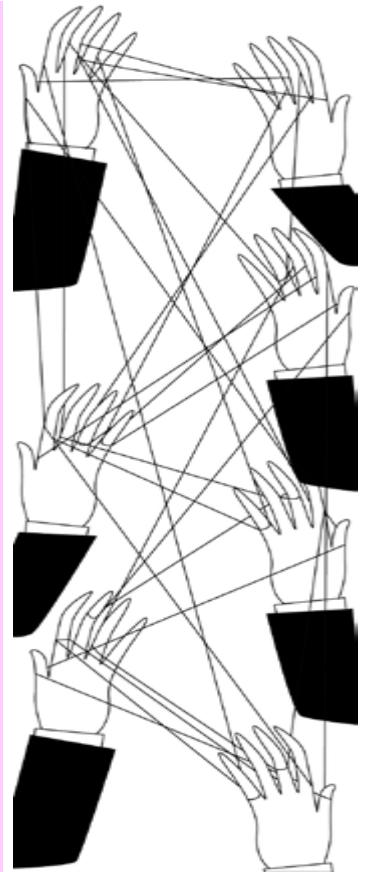
“A política pode ser definida como uma atividade através da qual são conciliados os diferentes interesses, dentro de uma determinada unidade de governo, dando a cada um deles uma participação no poder, proporcional à sua importância para o bem-estar e a sobrevivência de toda a comunidade. [...] As doutrinas políticas constituem, antes, tentativas para encontrar soluções específicas e exequíveis para o perpétuo e mutável problema de conciliação.”

Em defesa da política
Bernard Crick

Enfrentando os dilemas

- “O gestor público está inserido em uma luta de poder capaz de deixar seu cargo politicamente vulnerável em cada decisão tomada. Resolver conflitos torna-se mais importante e toma mais tempo que buscar resultados. [...] Alguns dilemas da Administração Pública ainda precisam ser enfrentados. Entre eles, estão a **integração das dimensões políticas e administrativas** no mesmo espaço de decisão e ações públicas e a insistência nas perspectivas e práticas descentralizadoras da gestão privada na Administração pública.”

O estado da arte da gestão pública
Paulo Roberto de Mendonça Motta



Gestão pública inovadora

- “Na gestão pública inovadora não existe pirâmide (estrutura vertical de gestão), mas sim uma rede onde todos têm o mesmo poder, que poderia ser denominada “estrutura horizontal de gestão”, uma estrutura composta por representantes de todos os segmentos diretamente envolvidos com o trabalho realizado, onde muitos assuntos poderiam ser decididos em assembleia, expressão plena da democracia direta, na qual todos os segmentos participam do processo decisório”

GESTOR PÚBLICO: uma análise das principais competências requeridas nos dias atuais
Caetano Magalhães de Barros

Capacidade em avaliar problemas

- “Tão importante quanto compreender o sentido de um acontecimento é perceber quais são as forças, os movimentos, as contradições e as condições que o geraram, identificar as inter-relações, os atores e os interesses em jogo. Da mesma forma, avaliar corretamente as diversas variáveis envolvidas em uma situação exige o conhecimento detalhado dos seus elementos, além de uma capacidade de percepção que auxilie a descoberta de sentidos, relações e tendências, a partir das informações disponíveis.”

GESTOR PÚBLICO: uma análise das principais competências requeridas nos dias atuais
Caetano Magalhães de Barros

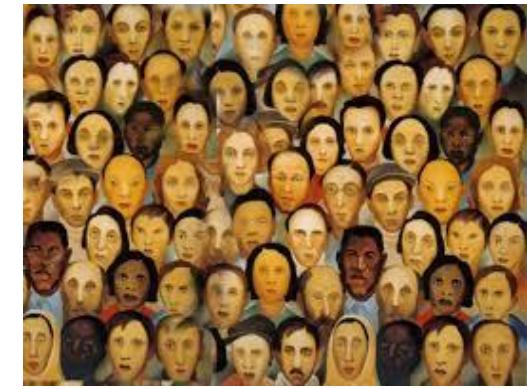
Liderança e comprometimento

- “O elemento inicial mais importante para a solução de problemas é a crença em que, com a participação de todos, os problemas serão superados. A maioria dos fracassos na implementação de medidas gerenciais pode ser creditado à ausência de confiança dos funcionários, como também à ausência de comprometimento da gerência com suas propostas. Para a solução efetiva de problemas, é necessário um esforço coordenado e abrangente de todos.”

GESTOR PÚBLICO: uma análise das principais competências requeridas nos dias atuais
Caetano Magalhães de Barros



Responsabilidade de quem?



Superando as adversidades nos RPPS: possíveis caminhos

- Educação previdenciária
- Gestão e controle da base de dados
- Adoção de alíquotas que efetivamente preservem o equilíbrio financeiro e atuarial
- Otimização da carteira de investimentos
- Criação de novas fontes de financiamento
- Instituição de mecanismos de governança e controles internos
- Atuação mais efetiva dos atores envolvidos

Atuação mais efetiva dos atores

- *Gestores e conselheiros*: devem estar atentos aos regramentos legais e na busca de alternativas que promovam a sustentabilidade do RPPS. São os primeiros a serem responsabilizados por eventuais problemas.
- *Servidores e segurados* são os principais interessados na boa gestão dos recursos, sejam como contribuintes sejam como beneficiários, e devem monitorar qualquer ação que possa vir a comprometer o equilíbrio do seu RPPS.

Atuação mais efetiva dos atores

- *Atuários, contadores e consultores* são os técnicos que subsidiam as decisões dos gestores, conselheiros, prefeitos e vereadores e devem ter zelo por isso. Podem ser responsabilizados subsidiariamente por eventuais prejuízos aos cofres dos RPPS.
- *Sindicatos e auditores* podem atuar no monitoramento constante da gestão dos RPPS e contribuir efetivamente para que não haja ingerência por parte dos demais atores envolvidos.

Atuação mais efetiva dos atores

- *Prefeitos, vereadores e demais agentes políticos* são os guardiões das contas municipais e como tal devem estar preparados para a tomada de medidas necessárias que garantam a manutenção dos RPPS, sob pena de serem solidariamente responsáveis por eventuais equívocos do processo decisório.
- Os *pesquisadores* podem estudar a gestão dos RPPS sob diversas perspectivas, e ajudar na melhor compreensão dos fenômenos envolvidos nessas entidades.

Projeto de pesquisa

RESILIÊNCIA FINANCEIRA DE MUNICÍPIOS E EFEITOS ORGANIZACIONAIS NOS FUNDOS DE
REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

programa de pós-doutorado no Departamento de Contabilidade da Faculdade de Economia,
Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo

Supervisor: André Carlos Busanelli de Aquino

Considerações finais

- Prefeito, gestores de RPPS, legisladores, conselheiros, segurados, aposentados, sindicatos, auditores, contadores, atuários, pesquisadores e demais atores devem estar envolvidos no processo, sentir-se parte dele e, principalmente, serem responsáveis por ele.
- É preciso considerar que a nova gestão pública mergulha num complexo universo onde os atores tem papéis mais sofisticados, com maior liberdade e responsabilidade.

Considerações finais

- Como vivemos na Era da Informação e do Conhecimento, pode-se dizer que a comunicação é a base para o entendimento e desenvolvimento de qualquer indivíduo.
- A solidez dos RPPS e, consequentemente, do equilíbrio das contas públicas é de responsabilidade de todos, e pode ser construída com boas práticas de gestão. Cabe a cada um fazer o seu papel.



Contatos:

Profa. Dra. Diana Vaz de Lima

**Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade
de Brasília**

(61) 3107.0796

diana_lima@unb.br

diana_lima@usp.br

